

“Deu positivo, e agora?”: reflexões sobre uma plataforma virtual de educação em saúde da UNAIDS e UNESCO para jovens que vivem com HIV/Aids no Brasil

Tomaz Mazuco Rodriguez

Acadêmico do curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc.

Bruna Mallmann Specht

Médica formada pela Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

Jeane Félix da Silva

Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal de Alagoas, AL, Brasil.

Camilo Darsie

Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação e curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

✉ camilodarsie@unisc.br

Recebido em 22 de setembro de 2022

Aceito em 19 de setembro de 2023

Resumo:

A construção de ações direcionadas à educação em saúde, acerca do HIV/Aids, no Brasil, é essencial para o desenvolvimento da universalidade em saúde, da autonomia, do direito à informação, da integralidade, da inclusão social, entre outros fatores. Deve-se mirar, com elas, na promoção da qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV e não somente na prevenção de novas infecções. Assim, o presente manuscrito objetiva apresentar – e provocar – reflexões por meio do conteúdo da plataforma virtual *Deu positivo, e agora?*, direcionada a jovens soropositivos/as e criada pela UNAIDS e UNESCO, acerca dos modos de educar em saúde no que se refere à soropositividade, tendo em vista a qualidade de vida das pessoas que vivem com o vírus. Para tanto, foi elaborado levantamento bibliográfico e análise documental, a partir do conteúdo da plataforma digital, que foi tensionado por meio da análise do discurso. A partir de dinâmicas educativas baseadas em diálogos sobre autoaceitação, os materiais disponibilizados na plataforma são importantes ferramentas que podem ser utilizadas, também, em diferentes ambientes educativos. Os vídeos trazem diversas reflexões sobre redes de apoio, relações conjugais e informações do campo jurídico, demonstrando que é possível se viver a soropositividade de maneira produtiva e positiva. Assim, o site se apresenta como uma alternativa eficaz de educação em saúde, pois desmistifica representações acerca da soropositividade e promove diálogos.

Palavras-chave: HIV, Aids, Educação em Saúde, Tecnologias educativas, Saúde Coletiva.

“Deu positivo, e agora?”: reflections about an UNAIDS and UNESCO virtual health education platform for young people living with HIV/AIDS in Brazil

Abstract:

The construction of actions for health education about HIV/AIDS in Brazil, is essential for the development of universality in health, the preservation of autonomy, the right to information,

integrality, social inclusion and other factors. With them, we should aim at promoting the quality of life of the people who are living with HIV and not only at preventing new infections. Thus, this manuscript aims to present – and provoke – reflections through the content of the virtual platform *Deu Positivo, e Agora?*, aimed at HIV- positive young people and created by the UNAIDS and UNESCO, about ways to educate in health with regard to seropositivity, considering the quality of life of people living with the virus. Therefore, a bibliographic survey and document analysis were used and tensioned by a discourse analysis. Starting on education dynamics based on dialogues about self-acceptance, the materials available on the platform are important tools that can also be used in different educational environments. The videos bring a lot of reflections about networks for support, marital relationships and information from the legal field, demonstrating that it is possible to experience seropositivity in a productive way. Thus, the website is an effective alternative for health education, because demystifies representations about seropositivity and promotes dialogue.

Keywords: HIV, AIDS, Health Education, Educational technologies, Public Health.

“Deu positivo, e agora?”: reflexiones sobre una plataforma virtual de educación sanitaria de UNAIDS y UNESCO para jóvenes que viven con VIH/SIDA en Brasil

Resumen:

La construcción de acciones dirigidas a la educación en salud sobre el VIH/SIDA en Brasil es fundamental para el desarrollo de la universalidad en salud, la preservación de la autonomía, el derecho a la información, la integralidad, la inclusión social, entre otros factores. Con ellos, se debe apuntar a promover la calidad de vida de las personas que viven con el VIH y no sólo a prevenir nuevas infecciones. Así, este manuscrito pretende presentar -y provocar- reflexiones a través del contenido de la plataforma virtual *Deu Positivo, e Agora?*, dirigida a jóvenes VIH positivos y creada por el UNAIDS y UNESCO, sobre formas de educar en salud respecto a la seropositividad, considerando la calidad de vida de las personas que viven con el virus. Para ello, se realizó un levantamiento bibliográfico y análisis documental, a partir de la plataforma digital y el contenido fue tensionado a través del análisis del discurso. A partir de dinámicas educativas basadas en diálogos sobre la autoaceptación, los materiales disponibles en la plataforma son herramientas importantes que también pueden ser utilizadas en diferentes entornos educativos. Los videos traen varias reflexiones sobre redes de apoyo, relaciones conyugales e información del campo legal, demostrando que es posible vivir la seropositividad de manera productiva. Así, el sitio se presenta como una alternativa eficaz para la educación en salud, ya que desmitifica las representaciones sobre la seropositividad y promueve el diálogo.

Palabras clave: VIH, SIDA, Educación para la salud, Tecnologías educativas, Salud Pública.

INTRODUÇÃO

O vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) causa imunodeficiência adquirida e progressiva, de forma crônica. A doença causada por ele é chamada de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida ou Aids – conforme é mais conhecida – e configura-se como um problema de saúde pública (GUEDES; SOUZA, 2010; POMPEU *et al.*, 2020). Ela ocorre quando os indivíduos que convivem com o vírus apresentam contagens baixíssimas de linfócitos TCD4 (células da resposta imune), tornando-se vulneráveis a outras doenças (SOUZA *et al.*, 2020).

Portanto, a doença, propriamente dita, apresenta-se por meio da emergência de

sintomas causados pela exacerbação da atividade do vírus e da diminuição da resposta imune. Contudo, nos últimos anos, a utilização de medicamentos e acompanhamento clínico adequado têm garantido que o desenvolvimento da Aids seja, em grande parte dos casos, controlado, em termos de evolução patológica, assegurando equilíbrio clínico e maior expectativa de vida para as pessoas que aderem ao tratamento (CORDEIRO *et al.*, 2018).

Porém, a vivência com o vírus pode acarretar prejuízos emocionais relacionados aos medos que envolvem as vidas de pessoas soropositivas e a valores, por vezes conservadores e discriminatórios, que atravessam as sociedades. Conforme mencionado por Cazeiro, Silva e Souza (2021), a articulação discursiva jornalística-biomédica-midiática dos anos de 1980 e 1990 validou a doença como uma questão relacionada à determinados grupos sociais e, conseqüentemente, impulsionou processos moralizantes associados HIV que reforçaram a exclusão social.

Assim, desde o surgimento das infecções nos anos de 1980, pessoas que vivem com HIV trilham caminhos marcados pela discriminação, estigmas e preconceitos, fato que faz com que necessitem travar lutas diárias contra a marginalização decorrente de tais práticas e, em muitos casos, em favor do fortalecimento de estratégias voltadas à melhoria da qualidade de vida e inclusão social (GOMES, 2021). Destaca-se, nesse sentido, que as práticas de promoção da saúde, associadas ao que se entende por melhoria da qualidade de vida, existem, contudo, são menos reconhecidas que as relacionadas à prevenção de infecções, tanto por leigos quanto por profissionais.

Certamente, os movimentos de prevenção devem ser considerados relevantes, contudo, as práticas de cuidado e educação, bem como estudos científicos, direcionadas aos indivíduos que vivem com HIV são majoritariamente centralizadas em saberes e serviços especializados, enquanto as ações de educação investem prioritariamente em dinâmicas de contenção de novas infecções, em lugar de outras demandas, como estruturação interna das relações sociais do HIV/aids e qualidade de vida no contexto da soropositividade (COSTA; OLIVEIRA; FORMOSO; 2015). O foco, quase sempre, é direcionado para a divulgação de informações sobre prevenção, sem a criação de espaços para reflexão acerca dos contextos que vulnerabilizam as pessoas a novas infecções, além de não contemplarem aspectos da vida com HIV (MEYER; FÉLIX, 2014). Faz-se necessário, desse modo, o aprofundamento de discussões acerca de movimentos voltados à melhoria da qualidade de vida das pessoas

soropositivas no Brasil e, também, de estratégias ligadas à diminuição dos medos e preconceitos acerca do tema para que os processos de adoecimento emocional e as práticas discriminatórias sejam diminuídos.

Diante dessa situação, a educação em saúde surge como uma importante estratégia de fortalecimento de pessoas soropositivas, de seus amigos e amigas, familiares, companheiros e companheiras e demais componentes sociais, pois trata-se de um processo educativo dialogado e coletivo, que mira na geração de conhecimentos em saúde, visando apropriação temática (FALKENBERG *et al.*, 2014; DARSIE; WEBER, 2021). Ou seja, é um processo que pode colaborar para que pessoas que vivem com o HIV desenvolvam autossuficiência sobre o assunto e, a partir disso, consigam agir com autonomia em relação às suas próprias condições de vida e de saúde, por conseguinte, consigam conversar diretamente com os profissionais da saúde e com seus pares sobre suas demandas mais específicas, nem sempre ligadas a sintomas clínicos. Na mesma direção, dinâmicas de educação em saúde podem atravessar soronegativos, de maneira a transformar condutas e preconceitos potencialmente danosos (GUNTHER; BACARAT, 2013).

Partindo destas questões, o objetivo deste texto é apresentar – e provocar – reflexões por meio do conteúdo da plataforma virtual ‘Deu positivo, e agora?’, direcionada a jovens soropositivos/as e criada pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), acerca dos modos de educar em saúde no que se refere à soropositividade, tendo em vista a qualidade de vida das pessoas que vivem com o vírus. A plataforma composta por vídeos em que são apresentados bate-papos com jovens que vivem com HIV, caracteriza-se como um documento com recursos direcionados a todos que a acessam, de modo a sanar dúvidas que, na maioria das vezes, constituem o imaginário popular, especialmente em casos de diagnóstico positivo (FERNANDES, 2018).

METODOLOGIA

A presente reflexão foi realizada a partir de análise documental, baseada na plataforma digital ‘Deu positivo, e agora?’, criada pelo UNAIDS e pela UNESCO. Ela é composta

por recursos midiáticos – vídeos que apresentam diálogos entre pessoas soropositivas – e textuais – nos quais são apresentados elementos que motivaram o projeto e sobre as histórias de vida dos participantes (FERNANDES, 2018).

A análise documental permite a investigação de diversos tipos de documentos – entre eles recursos midiáticos oficiais –, com o intuito de embasar proposições – de forma abundante – a partir de referencial teórico com capacidade textual e argumentativa. Também é um método analítico que visa a apreensão, compreensão e análise de documentos com o objetivo de fundamentar e qualificar o conteúdo apresentado (GUIMARÃES; SALES, 2010). Assim, complementarmente, foi feita seleção de artigos e outros documentos acerca do campo da educação em saúde e aspectos que envolvem a temática da soropositividade no Brasil, por meio de revisão narrativa que, comumente, não menciona as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das produções, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos estudos (ROLIM *et al.*, 2019). Para tanto, os textos foram selecionados a partir do seguinte questionamento: quais os modos de educar em saúde no que se refere à soropositividade, tendo em vista a qualidade de vida das pessoas que vivem com o vírus?

Sendo assim, o conteúdo da plataforma foi explorado e estudado pelos pesquisadores, até que pudesse ser desenvolvida uma reflexão crítico-descritiva, baseada na análise do discurso. De acordo com Caregnato e Mutti (2006), esse tipo de manobra considera não apenas o que é dito, ou o que pode ser traduzido pelas palavras proferidas, mas em outro sentido, aquilo que é produzido em consonância com os diferentes modos de observação e conhecimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas linhas que seguem, são apresentadas as reflexões emergentes dos materiais analisados.

Panorama das políticas públicas brasileiras sobre HIV/AIDS

O número de sujeitos soropositivos que vivem/viveram no Brasil, entre 1980 e 2020, é superior a 1.011.617 (BRASIL, 2022). As práticas de cuidado voltadas para tais pessoas tiveram

início assim que foram identificados os primeiros casos de infecção, na década de 1980, já que se tratava de uma nova doença, cujas notificações se multiplicavam por diferentes lugares do mundo. Contudo, esta primeira fase de ações coletivas, voltadas ao apoio das pessoas infectadas, no Brasil, foi desenvolvida por meio da organização de grupos não-governamentais, visto que, por conta da Ditadura Militar, o governo federal se omitiu em relação à demanda emergente à época (MONTEIRO, 2002; CRISTIANO *et al.*, 2023).

Cabe indicar que essa omissão ocorreu, também, porque a Aids, durante os anos iniciais, esteve associada ao que na época se conhecia como grupos de risco (homossexuais, prostitutas, pessoas hemofílicas e usuárias de drogas), não sensibilizando, portanto, a sociedade e os formuladores de políticas públicas. Um efeito importante dessa omissão é que ela possibilitou o crescimento das taxas de infecção por HIV de forma acelerada e descontrolada nos diferentes segmentos populacionais, o que fez emergir pressão social para a formulação de políticas públicas voltadas ao HIV/Aids (MONTEIRO, 2002; BRETAS, 2022).

Assim, após a resposta inicial ter sido dada pela sociedade civil, em uma segunda fase, foi dada uma resposta estatal com a criação do Programa Nacional de DST/Aids (BRASIL, 1999), responsável pela construção de políticas públicas voltadas às pessoas soropositivas, visando a redução da morbimortalidade e assistência relativa a tratamentos para melhores condições de vida. Uma terceira fase, foi marcada por uma completa falta de diálogo entre a sociedade e o governo, tornando ainda mais difícil o enfrentamento dos casos de infecção e mortalidade. Essa situação se deu pelo completo antagonismo entre o PNDST/Aids e os outros setores que estavam envolvidos no combate e controle da epidemia, porém, finalmente, a partir de Programas Assistenciais direcionados aos sujeitos soropositivos, emergiu uma quarta fase que estendeu-se de 1993 até o início da pandemia de Coronavírus. Já a quinta fase – que é marcada até o período atual – denota ‘uma oportunidade para a reflexão crítica e a construção de novos caminhos’ e, também, apresenta maiores discussões quanto à redução de danos, o acesso universal ao tratamento e a repaginação da prevenção. Dessa maneira, apresenta uma maior ‘conversação’ entre profissionais de saúde, grupos políticos, população em geral e pessoas vivendo com HIV/Aids (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS, 2021, p. 16).

Desde a institucionalização das políticas públicas voltadas ao HIV/Aids, é possível ser dito que investimentos públicos e privados, no que se refere à conscientização da população

costumam mirar em estratégias como: 1) necessidade de avaliações acerca da saúde sexual, no sentido de serem evitadas novas infecções; 2) importância de aplicação de vacinas capazes de controlarem outras doenças sexualmente transmissíveis (IST); 3) identificação e classificação de pessoas soropositivas assintomáticas e sintomáticas; 4) ações voltadas ao diagnóstico, ao tratamento e, ainda, ao aconselhamento no âmbito do HIV/aids; 5) estratégias de acompanhamento clínico de pessoas soropositivas e de seus/suas parceiros/as sexuais.

Certamente, tais práticas apresentam relevância, visto que os Indicadores e Dados Básicos nos Municípios Brasileiros mostram que, apesar da diminuição do número de ocorrências de HIV/Aids no país – decréscimo de 18,7% de novos casos de 2012 para 2019 –, ainda há muitos registros de infecções e adoecimento, visto que, por exemplo, em 2021, foram notificados 13.501 novos casos de infecção pelo vírus (BRASIL, 2020). Esses indicadores de transmissão simbolizam o quanto ainda são relevantes e necessárias as políticas públicas voltadas à educação no que se refere à prevenção, já que em muitos casos as infecções ocorrem pela falta de conhecimentos adequados sobre a doença, suas variações e sua transmissão (MULLER; PEREIRA, 2022).

Contudo, neste contexto, observa-se o agravamento da enfermidade em muitos sujeitos soropositivos pela falta de conhecimentos sobre o HIV e sobre a Aids, bem como sobre novos tratamentos disponíveis. Além disso, destaca-se a perpetuação do preconceito e do estigma sobre a temática, o que contribui para a repulsão ao tratamento por parte de muitas pessoas que vivem com HIV/Aids (PEREIRA; VIEIRA; FILHO, 2011; CAZEIRO, 2021; CRUZ; DARMONT; MONTEIRO, 2021). Branco *et al.* (2020), referem que a dificuldade de adesão à terapia antirretroviral (TARV), baseia-se em diversas causas, como fatores sociais, estilo de vida, crenças negativas sobre o uso da TARV, estigmas sobre a medicação, não-aceitação da doença e adesão e tempo de tratamento. Particularmente em relação aos jovens que vivem com HIV/Aids, às dificuldades na adesão ao tratamento acrescenta-se o fato de que, muitas vezes, as famílias não conhecem os seus diagnósticos soropositivos, o que faz com que eles/as prefiram não portar os frascos com os medicamentos (SILVA, 2012).

Ressalta-se que a Atenção Primária em Saúde (APS) deve ser entendida como um importante campo de suporte, pois é responsável por dar assistência às pessoas vivendo com HIV/Aids através da oferta de preservativos, disponibilidade de testagem voluntária, instruções e aconselhamentos pré-testes e pós-testes, além de promover a inclusão dessa

população em relação às comunidades em que se localizam, entre outras ações de cunho social. Essas estratégias podem e devem ser adaptadas para todos os tipos de usuários do sistema público de saúde, em todas as áreas demográficas do Brasil (SALLA; SÃO, 2012; DAMIÃO *et al.*, 2022).

Partindo dessa questão, reforça-se a importância de estratégias capazes de amenizar dois pontos problemáticos. O primeiro relaciona-se aos modos como os sujeitos soropositivos enfrentam a soropositividade, visto que grande parte das ações educativas e de cuidado mencionadas se direcionam para o controle de condutas que podem ser consideradas de risco. Mais precisamente, as orientações são pensadas e praticadas no sentido de alertar as pessoas que vivem com HIV/Aids sobre os riscos da infecção e da doença e, ainda, sobre as possibilidades de exposição de outras pessoas à infecção. O segundo ponto, diz respeito ao fortalecimento do medo e de preconceitos em relação à população, haja visto que a soropositividade é tratada, frequentemente, como um problema sem solução, pois o diagnóstico é visto – erroneamente – como uma sentença de morte para os soropositivos e um risco para os soronegativos. Nessa direção, é possível ser dito que as estratégias educativas mais tradicionais – ou clínicas – ao buscarem apenas controlar a infecção e a doença, acabam por reforçar estigmas e sentimentos negativos que envolvem os sujeitos soropositivos e orientam ações na direção oposta aos preceitos da promoção da saúde, mais precisamente, no que se refere à qualidade de vida dessas pessoas.

O termo qualidade de vida, enquanto definição científica, intenta englobar questões relacionadas ao estado de saúde, estado funcional, bem estar psicológico, felicidade, satisfação em relação às necessidades do cotidiano e avaliação da própria vida. Destaca-se que para a maioria das pessoas, sejam elas soropositivas ou não, nem sempre é possível estar em dia com todos esses aspectos, mas sugere-se que a vida seja organizada de modo a estar o mais próximo possível dessa compreensão. Assim, estudos relacionados a pessoas soropositivas, relacionando fatores associados à qualidade de vida, mostram-se extremamente relevantes, consoante com os novos paradigmas que têm norteado as práticas em saúde (MARQUES *et al.*, 2020; BLANDÓN *et al.*, 2019; COSTA; OLIVEIRA; FORMOSO, 2015).

Portanto, a educação em saúde, em lugar de práticas educacionais verticalizadas, pode servir como importante ferramenta de transformação social no que se refere à construção cultural dos modos de vida que envolvem a soropositividade. Isso é possível porque a

educação em saúde permite dialogar sobre conhecimentos técnicos voltados ao HIV/Aids e, também, possibilita aos/às participantes refletirem sobre os contextos de vulnerabilidade aos quais estão submetidos/as e, desse modo, agirem com mais autonomia em relação às suas vidas e aos aspectos que se articulam com HIV/Aids.

Educação em Saúde

A educação, em sentido amplo, faz parte da vida de todos os sujeitos, a partir das interações entre indivíduos e de suas relações consigo e com o mundo. A educação refere-se aos processos de ensino e de aprendizagem que acontecem nas instituições escolares e fora delas. No que tange à educação escolar, cabe lembrar que em seu emprego tradicional ela tem se sustentado pela instrução mediada da transmissão de conhecimentos, o que é criticado por diversos autores do campo educacional, desde a emergência das pedagogias críticas (FRANCO *et al.*, 2021; SILVA, 2011). Especificamente, no que diz respeito à noção de educação em saúde, pode-se referir que ocorreram mudanças significativas quanto ao entendimento de seus preceitos e propósitos ao longo dos anos, no sentido de tornar mais evidentes as relações dos sujeitos entre si e com os ambientes nos quais circulam, conforme ocorreu, também, no amplo campo da educação.

A aproximação entre a educação e a saúde no Brasil teve início no final do século XIX, a partir do surgimento de doenças infectocontagiosas que ameaçavam a economia do país. As práticas de educação sanitária estavam, portanto, voltadas para o controle das epidemias, ou seja, para um conjunto de ações e condutas que se tornavam relevantes e impostas depois que as doenças já haviam tomado grandes proporções. Nesta direção, discussões acerca dos modos de vida, associadas à qualidade de vida, eram deixadas de lado – no limite, nem eram entendidas como uma demanda (CIMA, 2023; ABREU; GUEDINE; MOREIRA, 2013).

As campanhas sanitárias se voltavam para medidas de saneamento e urbanização, sem serem considerados os contextos político-sociais dos indivíduos para quem eram direcionadas (KIRST; DARSIE, 2021). Sendo assim, dada a emergência dos movimentos de resistência em relação a tais práticas, ocorreu, por exemplo, a Revolta da Vacina, em 1904, caracterizada pela falta de diálogo sobre aspectos de saúde entre as autoridades sanitárias e as sociedades da época.

Modificações relacionadas à educação no contexto da saúde, em função de eventos como o destacado, passaram a ser efetivadas na década de 1940, quando a culpabilização dos problemas de saúde começou a deixar de ser direcionada aos indivíduos e passou a ser entendido que a saúde e a doença eram dimensões coletivas (CIMA, 2023; ABREU; GUEDINE; MOREIRA, 2013). Assim, movimentos sociais – como o Movimento de Educação Popular, protagonizado pelo educador Paulo Freire, na década de 1960 – também passaram a influenciar as práticas de educação em saúde, incorporando os saberes populares e dando lugar a processos educativos democráticos, de modo a serem mais eficazes e inclusivos (FALKENBERG *et al.*, 2014).

Anos depois, com a expansão dos serviços de saúde no Brasil, dada a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), emergiram ações e estratégias relativas à gestão do trabalho e à formação dos trabalhadores e trabalhadoras, gerando diversas experiências inovadoras nos campos da gestão, do cuidado e da formação em saúde que passaram a influenciar as ações educacionais direcionadas às populações (MENDONÇA; NUNES, 2015).

Quanto ao uso da preposição ‘em’ no conceito educação em saúde, Stotz (1993), ao se referir à emergência da educação popular em articulação à saúde, faz referência ao desempenho que os serviços de saúde apresentam em termos de controle social das pessoas acometidas pelas doenças e das populações de risco. Segundo ele,

O traço fundamental da educação popular e saúde está no método: o fato de tomar como ponto de partida do processo pedagógico o saber anterior das classes populares. Na saúde isto significa considerar as experiências das pessoas sobre o seu sofrimento e dos movimentos sociais e organizações populares em sua luta pela saúde nas comunidades de moradia, de trabalho, de gênero, de raça e etnia. Ponto de partida significa reconhecimento, palavra que tem o sentido de admitir um outro saber, tão válido no âmbito do diálogo quanto o saber técnico-científico (STOTZ, 1993, p. 27).

No contexto das políticas públicas brasileiras, a expressão “controle social” diz respeito ao protagonismo da população usuária do sistema público de saúde acerca das decisões em nível de gestão. Para que tal manobra seja bem desempenhada, cada vez mais, espera-se que os conhecimentos que envolvem o campo da saúde sejam entendidos, de modo crítico pelos usuários. Assim, entende-se que o objetivo da educação em saúde é oportunizar momentos de reflexão e ações capazes de possibilitar às pessoas aprendizados conscientes, sem a intenção de controlar suas vidas (MACIEL, 2009; DHEIN *et al.*, 2022). Deste modo, a fim de reduzir equívocos e facilitar o entendimento entre profissionais e estudantes da área da

saúde, sugere-se adotar a definição de educação em saúde apresentada pelo Ministério da Saúde (MS) em sua Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...]. Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades. (BRASIL, 2022, s.n.).

A educação em saúde como processo político-pedagógico requer o desenvolvimento de pensamentos críticos e reflexivos, a partir do esforço para que não sejam impostas verdades absolutas e imutáveis. É o campo de práticas e conhecimentos capaz de propor ações transformadoras que levem os indivíduos à possibilidade de exercerem autonomia e emancipação - como sujeitos históricos e sociais - permitindo que participem das decisões de saúde para cuidarem de si próprios, de suas famílias e da coletividade, criando vínculos entre a ação profissional e o cotidiano da população (DARSIE; WEBER, 2021).

Para tanto, as práticas de educação em saúde envolvem os/as profissionais de saúde que valorizam a prevenção de doenças e a promoção da saúde, gestores/as que apoiam esses/as profissionais e que compreendem o significado de tais práticas e a população que necessita construir seus conhecimentos no sentido de aumentar autonomia para cuidados individuais e coletivos (FALKENBERG *et al.*, 2014). Assim sendo, as ações podem ser vivenciadas em direções diferentes daquela que considera a transmissão vertical de conhecimentos de modo impositivo. Devem acontecer com ênfase no diálogo, na crítica, na ação e na reflexão para, desta maneira, tornarem-se parte daquilo que se entende por democracia (DARSIE; WEBER; 2021; BRASIL, 2022).

Deste modo, torna-se fulcral que as questões direcionadas aos processos de educação da população e, mais precisamente, dos sujeitos soropositivos sejam pensadas de forma ampla, de modo a diminuir as infecções, por um lado, mas também, por outro, visando potencializar a melhoria da qualidade de vida e a diminuição dos preconceitos que envolvem a temática e, de modo particular, a vida dessas pessoas.

Viver com HIV: um novo começo de vida

A plataforma virtual analisada conta com 12 vídeos informativos sobre temas que envolvem as dinâmicas do dia-a-dia de jovens soropositivos/as. Além disso, disponibiliza materiais complementares que são compostos por resumos ilustrativos dos vídeos, relatos, referências bibliográficas e links para outros sites oficiais. Nesse sentido, configura-se como uma tecnologia educacional, pois conforme apontado por Maniva *et al.* (2018) tais tecnologias são dispositivos utilizados para a mediação de processos de ensinar e aprender. Na mesma direção, trabalhos como o de Magnus e Klein (2023) e de Mutz *et al.* (2023) abordam os modos como plataformas digitais subjetivam sujeitos acerca dos cuidados relacionados à vida com a soropositividade, bem como sobre os modos como aplicativos de saúde têm se tornado instrumentos associados aos processos educativos. Assim, é possível apreender que as tecnologia educativas tornaram-se relevantes ferramentas no tempo presente, o que promove a necessidade de melhor compreendê-las.

Partindo disso, ressalta-se que todos os vídeos da plataforma contam com opção de legenda e os relatos são desenvolvidos por influenciadores/as digitais e outras pessoas soropositivas que falam sobre seus processos de autoaceitação. Cada história articula-se a temas que emergem como relevantes a partir de dinâmicas educativas baseadas em diálogos, conforme se espera que ocorra a partir da perspectiva da educação em saúde no contexto das políticas públicas nacionais (FALKENBERG *et al.*; MENDES; MORAES, 2014; DARSIE; WEBER, 2021). Além disso, com o intuito de ampliar a rede de apoio a outros/as jovens, oportunizando desta maneira a criação de novos diálogos, os/as participantes deixam à disposição as suas redes sociais para contato.

A popularização e o crescimento de tecnologias educacionais e de comunicação, como as disponibilizadas na internet, fazem com que emergjam reflexões importantes no campo da saúde. Assim, principalmente as mídias sociais assumem um papel estratégico, podendo ser utilizadas no que tange a personalização de mensagens, de acordo com os/as usuários/as e suas devidas preferências de informação. Dessa forma, a disponibilização das redes sociais dos/as participantes do projeto se torna relevante. Isso faz com que, em tese, a produção de conteúdos seja promotora de saúde, podendo auxiliar na tomada de decisões em favor da melhoria da qualidade de vida e da saúde dos/as jovens que vivem com HIV/Aids (CADAXA; SOUSA; MENDONÇA; NUNES, 2015; FRANÇA; RABELLO; CARINNE, 2019).

Nesta direção, os vídeos da plataforma são de fácil entendimento, uma vez que apresentam bate-papos informais. Além disso, são breves, desenvolvendo-se em até 4 minutos. Cada vídeo tem seu material de apoio e informações sobre os/as participantes. Os temas abordados são variados, entre os quais: ‘Posso confiar no teste de HIV?’, ‘O que é HIV?’, ‘O que é Aids? Por que não tem cura?’, ‘Quem vive com HIV passa pros outros?’, ‘Como é a vida de quem vive com HIV?’, ‘Quem tem HIV pode namorar?’, ‘O que fazer se eu sofrer discriminação por viver com HIV?’, ‘Discriminar quem vive com HIV é crime’, ‘Quem vive com HIV fica doente?’, ‘Vivo com HIV, posso ter filhos?’, ‘Tem tratamento para HIV no SUS?’, ‘Onde encontrar outras pessoas que vivem com HIV?’ e ‘HIV entre jovens e adolescentes’.

Para além dos processos de discussão que dão origem aos vídeos, é possível pensar que eles se constituem como importantes tecnologias educacionais que podem ser utilizadas em outros ambientes. Tendo em vista seus conteúdos e formato de produção, podem disparar importantes discussões didáticas, dada a atualidade de suas imagens e linguagem, o que oportuniza identificação com jovens de diferentes realidades, conforme ocorre em outras situações pedagógicas (DARSIE; HILESHEIM; SOMAVILLA, 2021). Esses vídeos são, nesse sentido, potentes estratégias educativas, que podem ser utilizadas em espaços como unidades de saúde e escolas para propiciar debates sobre os temas ali abordados.

Os vídeos acabam servindo como ferramentas de promoção da saúde, pois auxiliam no processo de aquisição de informações e de favorecimento da autoestima de outras pessoas soropositivas, particularmente jovens. Neste sentido, observa-se que ocorre um importante movimento pedagógico, fundamental para as práticas de educação em saúde, qual seja, a multiplicação de olhares e sentimentos, em rede, já que os contextos dialógicos diferenciam-se entre si e, em sua totalidade, apontam modos de viver a soropositividade para além dos aspectos do adoecimento e do estigma que se associam a essa vivência. Assim, até mesmo as características que podem distanciar os/as protagonistas daqueles/as que os/as assistem, oportunizam novas reflexões acerca das diferentes demandas em saúde, especialmente associadas ao tema. Isso ocorre porque as discussões ali produzidas se constroem em torno da vida com HIV/Aids, o que acaba por produzir reflexos e similaridades no contexto da soropositividade.

A vivência da sexualidade, da conjugalidade, da paternidade/maternidade com parceiros/as com sorologia igual ou diferente, as diferentes possibilidades de tratamento e o

fortalecimento das redes sociais de apoio são algumas questões de natureza psicossocial vivenciadas por pessoas soropositivas (ANDRADE, 2022; SEIDL; ZANNON; TRÓCCOLI, 2005). Nesse contexto, ao trazer para a discussão as redes de apoio vivenciadas pelos/as participantes, com o vídeo ‘Onde encontrar outras pessoas que vivem com HIV?’, pode-se observar a lógica da assistência, mesmo que de forma online, às pessoas soropositivas, já que fica evidente que há demais sujeitos em situação semelhante, vivendo de maneira produtiva, positiva e dispostos a auxiliar.

O vídeo ‘Quem vive com HIV pode namorar?’, ressalta que é possível se ter relações afetivo-sexuais saudáveis, de maneira segura, com pessoas que vivem com HIV, demonstrando as possibilidades de prevenção para quem convive com o vírus. Neste contexto, pode ser aferido que a produção enfrenta o estigma e a discriminação que estão relacionados às pessoas que vivem com HIV/Aids e que fazem com que pessoas soropositivas e soronegativas deixem de buscar informações, serviços e métodos que reduzam os riscos de infecção e coinfeção, ainda, que deixem de adotar comportamentos mais acolhedores, muitas vezes, para que não sejam levantadas suspeitas em relação aos seus estados sorológicos.

Os episódios ‘O que fazer se eu sofrer discriminação por viver com HIV?’ e ‘Discriminar quem vive com HIV é crime’ demonstram que a discriminação contra pessoas soropositivas é crime no Brasil, a partir da Lei 12.984 de 2014 (BRASIL, 2014). Associado a esta questão, demonstra-se como a saúde mental é uma importante aliada no tratamento viral, pois os temas encontram-se articulados no episódio. Assim, é apresentado mais um direito assegurado por lei – número 9.313 de 1996 –, a saber: o tratamento gratuito para todas as pessoas soropositivas no Brasil (BRASIL, 1996). Ou seja, tais vídeos apresentam pontos de reflexão sobre a discriminação e, além disso, apresentam informações do campo jurídico que são importantes para proteger as pessoas vivendo com HIV de quaisquer tipos de discriminação. Desse modo, operam com dois aspectos importantes da educação em saúde, são eles: o acesso à informação e ao conhecimento e a reflexão crítica sobre o conhecimento adquirido.

O site conta, ainda, com 7 abas nas quais os visitantes podem circular - 1) episódios (na qual se encontram os vídeos); 2) sinta-se em casa; 3) participantes; 4) saiba mais; 5) conheça o projeto; 6) ficha técnica; 7) alguma sugestão?. Elas encontram-se distribuídas nas partes

superior e inferior da tela inicial e direcionam para conteúdos distintos, porém complementares.

A aba ‘Sinta-se em casa’ apresenta o projeto pela voz de Georgiana Braga-Orillard, diretora do UNAIDS no Brasil. Ela explica que a intenção de reunir, com uma linguagem acessível, informações de qualidade para jovens sobre o HIV impulsionou o projeto. Braga-Orillard discorre sobre o desejo de que a plataforma seja repleta de referências científicas, médicas e, também, humanas. Dessa forma, observa-se que a iniciativa alinha-se aos preceitos da educação em saúde, pois, do modo que é possível, por tratar-se de uma ferramenta virtual, intenta afastar-se da ideia de exclusividade em relação à prevenção e a orientações clínicas, alinhando-se a demandas sociais de pessoas que não se encontram, necessariamente, em situação de sofrimento.

Em outra aba, chamada de ‘participantes’, são apresentados os/as colaboradores/as do projeto. São pessoas comuns, com idades entre 23 e 54 anos, de diferentes cidades brasileiras, com diferentes estilos, cores de pele e identidades de gênero. Todos/as se identificam por meio de seus nomes reais, considerando-se ativistas da causa. Na direção oposta aos aconselhamentos clínicos mais comuns, são sujeitos saudáveis que se apresentam engajados e felizes, no sentido de mostrar aos/às visitantes que a soropositividade não precisa ser relacionada aos problemas normalmente associados a ela.

Para além disso, em seus depoimentos, nos quais se apresentam, destacam transformações positivas que ocorreram a partir da soropositividade e que serviram de alicerce para “um novo começo de vida”. Tais estratégias, conforme pode ser observado a partir das proposições anteriores, funcionam como movimentos educativos que investem em outros modos de entender a soropositividade, para além dos aspectos clínicos. O fortalecimento da qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV e a apaziguação dos preconceitos que envolvem a temática são acionados em concomitância e podem servir de modelo para outras ações públicas e/ou privadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, muitas práticas de educação em saúde foram/são pensadas e direcionadas aos sujeitos soropositivos/as, porém, acabam sendo orientadas, majoritariamente, por meio da ideia de prevenção de doenças e da não infecção de outras pessoas, deixando pouca margem para discussões relacionadas à promoção da saúde. Isso pode fazer com que pessoas soropositivas se sintam culpadas e menosprezadas e, ainda, fortalece preconceitos que as agridem.

Sendo assim, faz-se necessário ampliar a promoção de estratégias de educação em saúde para que tais situações sejam transformadas positivamente e, dessa forma, construam-se diálogos entre pessoas soropositivas, população em geral e profissionais da área da saúde. Desta maneira, o site analisado - 'Deu positivo, e agora?' - representa uma alternativa interessante para o campo da educação em saúde, pois, desmistifica representações acerca da soropositividade, geralmente associadas aos riscos ligados a Aids ou a infecções de demais sujeitos.

Sugere-se que esse material, por sua potencialidade pedagógica já mencionada, seja utilizado em ações de educação em saúde desenvolvidas por instituições educativas e serviços de saúde como recurso mobilizador de reflexões sobre o HIV/Aids, seus contextos de vulnerabilidade, estratégias de enfrentamento à discriminação, informações sobre adesão e continuidade do tratamento entre outras possíveis. Espera-se, no contexto desta reflexão, que ações como esta, direcionadas à promoção da saúde e diminuição do preconceito, se tornem mais comuns e incorporadas com maior frequência às políticas públicas de saúde e de educação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. V.; GUEDINE, C. R. C.; MOREIRA, P. V. L. *et al.* Educação em saúde: relato de experiência com pré-escolares. **Nutrire**, v. 38, n. 1, p. 38-45, 2013. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/05/322090/artigo.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2022.
- ANDRADE, S. L. E.; MOREIRA, M. E., COLLET, N.; BRANDÃO, G. C. G.; SOUZA, M. H. N.; NOGUEIRA, J. A. Structure of social networks of people living with HIV and AIDS. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, e20210525, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0525>. Acesso em 30 de agosto de 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. **Refazendo a Prevenção do HIV na 5ª década da Epidemia de HIV e Aids**. 2021. Disponível em: https://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Refazendo-a-Prevencao-Policy-Brief_30nov.pdf. Acesso em 29 de agosto de 2022.
- BRANCO, B. B.; BARRETO, A. C.; SILVA, R. A.; TAVARES, L. F.; CORDEIRO, H. P. Reflexões humanísticas em serviço de atendimento especializado em HIV. **Revista Bioética**, v. 28, n. 1, pp. 34-37, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422020281364>. Acesso em 29 de agosto de 2023.
- BRASIL. **Lei N. 9.313, de 13 de novembro de 1996**. Presidência da Casa Cível, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9313.htm. Acesso em 29 de agosto de 2022.
- BRASIL. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Política Nacional de DST. aids: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde, 1999. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/>. Acesso em 29 de agosto de 2022
- BRASIL. **Presidência da República, Casa Civil**. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12984.htm. Acesso em 29 de agosto de 2022.
- BRASIL, Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico. HIV/Aids**. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2021/boletim-epidemiologico-especial-hiv-aids-2021.pdf/view>. Acesso em 29 de agosto de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis**. 2022. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/centrais-de-conteudos/boletins-epidemiologicos-vertical>. Acesso em 29 de agosto de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde, **Biblioteca Virtual em Saúde**. 2022. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sus/universo_atuacao.php. Acessado em 29 mar 2022.
- BRETAS, I. A.. De sentenças de morte a sentenças de vida: estratégias jurídico-políticas e a educação popular no combate às violações de direitos humanos das pessoas que vivem com HIV. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24922>. Acesso em 29 de agosto de 2023
- BLANDÓN, J. A. P.; BOCANEGRA, A. G.; MAIDANA JUNIOR, J. N.; VIANA, D. R.; CAMPOS, M. M. L. Os determinantes da qualidade de vida em pessoas com HIV: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 27, 2019, pp. 1-8. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/40537/30633>. Acesso em 29 de agosto de 2023.
- CADAXA, A. G.; SOUSA, M. F.; MENDONÇA, A. V. M. Conteúdos promotores de saúde em campanhas de Aids no Facebook dos ministérios da saúde do Brasil e do Peru. **Revista Panamericana del Salud Publica**, v. 38, n. 6, pp. 457-63, 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2015.v38n6/457-463>. Acesso em 22 de agosto de 2022.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 4, pp. 679-684, 2006.

CAZEIRO, F.; SILVA, G. S. N.; SOUZA, E. M. F. Necropolítica no campo do HIV: algumas reflexões a partir do estigma da Aids. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, pp. 5361-5370, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.00672020>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

CIMA, Afonso. Medicalização da escol(h)a: a produção de estilos de vida saudáveis a partir dos discursos da saúde na educação básica. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2023.

CORDEIRO, H.; KITAGAWA, L. M.; MÁXIMO, M. A. *et al.* Physical activity and health indicators in people living with HIV/aids. **ABCS Health Sciences**, v. 43, n. 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7322/abcshs.v43i3.1000>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

COSTA, T. L. DA.; OLIVEIRA, D. C. DE.; FORMOZO, G. A.. Qualidade de vida e AIDS sob a ótica de pessoas vivendo com o agravo: contribuição preliminar da abordagem estrutural das representações sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 31, n. 2, p. 365-376, fev. 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00180613>

CRISTIANO, G. D. Neoliberalização da prevenção do HIV/AIDS no Brasil e seus rebatimentos nas experiências de homens gays com o sexo e a sexualidade. 2023. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10832>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

CRUZ, M. L. S.; DARMONT, M. Q. R.; MONTEIRO, S. S. Estigma relacionado ao HIV entre jovens em transição para a clínica de adultos num hospital público no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, pp. 2653-2662, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.0742202>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

DAMIÃO, J. J.; AGOSTINI, R.; MAKSUD, I.; FILGUEIRAS, S.; ROCHA, F.; MAIA, A. C.; MELO, E. A. Cuidando de Pessoas Vivendo com HIV/Aids na Atenção Primária à Saúde: nova agenda de enfrentamento de vulnerabilidades?. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 132, pp. 163-174, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213211>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

DARSIE, C.; HILLESHEIM, B.; SOMAVILLA, V. E. C. **Formação em saúde: olhares sobre as práticas educativas**. Santa Maria: Arco Editores, 2022.

DARSIE, C.; WEBER, D. L. Geografia da Saúde e Educação Básica: um panorama. In: PAIM, R. O.; PEREIRA, A. M. O.; COPATTI, C. *et al.* (Orgs.). *Geografias que fazemos: educação geográfica em diferentes contextos*. Curitiba: Editora CRV, 2021, v. 2, p. 189-198.

DHEIN, G.; TEIXEIRA, M. F. N.; GONCALVES, C. V.; SCHWINGEL, G.; JAGER, L. K. Componente curricular Vivências em Ambiente e Saúde: uma experiência da extensão universitária na educação em saúde. In: DARSIE, C.; ROCHA, C. M. F.; CARNEIRO, M. GALVÃO, M. C. B. (Org.). **Educação e saúde: experiências de formação e trabalho**. 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2022, v. 1, p. 11-23.

FALKENBERG, M. B.; MENDES, T. P. L.; MORAES, E. P. *et al.* Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, pp. 847-852, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kCNFQy5zkw4k6ZT9C3VntDm/abstract/?lang=pt>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

FERNANDES D. **Deu Positivo, e Agora?** 2018. Disponível em: <https://deupositivoeagora.org/sobre-o-projeto.html>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

FRANÇA, T.; RABELLO, E. T.; CARINNE, M. A. S. Mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas. *Saúde em Debate*, v. 43, pp. 106-115, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S109>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

FRANCO, M. A. S.; MOTA, G. C.; SILVA, L. G. Pedagogia crítica: por uma epistemologia crítica e insurgente. **Educere et Educare**, v. 16, n. 38, p. 73-96, 2021. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/25478>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

GUEDES, H. H.; SOUZA, A. I. A. Educação em Saúde como aporte estratégico nas práticas de saúde voltadas ao HIV/AIDS: o papel da equipe de saúde. **Revista APS**, v. 12, n. 4, pp. 388-397, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14451/7793>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

GUIMARÃES, J. A. C.; SALES, R. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. **Datagramazero**, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114827>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

GUNTHER, L. E.; BACARAT, E. M. O HIV e a AIDS: preconceito, discriminação e estigma no trabalho. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 30, p. 398-428, 2013. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/569>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

GOMES, M. P. A vivência do preconceito após a revelação da soropositividade para o HIV. **Revista rede de cuidados em saúde**, v.15, n. 1, pp. 47-56, 2021. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rcs/article/view/6112/3453>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

KIRST, C.; DARSIE, C. Notas sobre a saúde pública, a saúde coletiva e o estabelecimento e funcionamento do Sistema Único de Saúde. **Asklepion: Informação em Saúde**, v. 1, n. 2, pp. 91-112, 2021. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/21>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

MACIEL, M. E. D. Educação em saúde: conceitos e propósitos. **Cogitare Enfermem**, v. 14, n. 4, pp. 773-6, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/16399>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

MAGNUS, D.; KLEIN, K. Lições sobre HIV/aids e covid-19 no Instagram: masculinidades e condição precária. In: BRITES, L. S.; DIAS, K. S.; DARSIE, C.; MUTZ, A. S. C.; ROCHA, C. M. F. **Estratégias biopolíticas do hoje e a produção de sujeitos: interfaces entre tecnologias na educação e na saúde**. 1. Ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

MANIVA, S. J. C. F.; CARVALHO, Z. M. F.; GOMES, R. K. G.; CARVALHO, R. E. F. L; XIMENES, L. B.; FREITAS, C. H. A. Educational technologies for health education on stroke: an integrative review. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, suppl. 4, pp. 1724-31, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0041>. Acesso em 30 de Agosto de 2023.

MARQUE, S. C.; OLIVEIRA, D. C.; CECILIO, H. P. M.; SILVA, C. P.; SAMPAIO, C. P.; SAMPAIO, L. A.; SILVA, V. X. P. Avaliação da qualidade de vida de pessoas vivendo com HIV/AIDS: revisão integrativa. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 28, 2020, pp. 1-8. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/39144/35191>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

MENDONÇA, F. F.; NUNES, E. F. P. A. Avaliação de grupos de educação em saúde para pessoas com doenças crônicas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13 n. 2, pp. 397-409, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/53RYDSSScb9sZ7hkLrPzjyy/abstract/?lang=pt>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

MEYER, D., FÉLIX, J. Entre o ser e o querer ser...: jovens soropositivos(as), projetos de vida e educação. **Educação Em Revista**, v. 30, n.), pp. 181-206. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000200009>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

MONTEIRO, S. **Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. 31p.

MULLER, S.; PEREIRA, W. A. S. Educação em saúde e seu impacto na epidemia de HIV no Carandiru: uma reflexão a partir de relatos de Drauzio Varella. In: DARSIE, C.; HILLESHEIM, B. SOMAVILLA, V. E. C.; CIMA, A (Org.). **Educação em Saúde na formação acadêmica: ensaios universitários**. Santa Maria: Arco Editores, 2022.

MUTZ, A. S. C.; PIRES, A. B.; MARTINS, A.B.; GONÇALVES, L. G. Digitalização da vida, saúde e biopolítica: uma análise de aplicativos de emagrecimento. In: BRITES, L. S.; DIAS, K. S.; DARSIE, C.; MUTZ, A. S. C.; ROCHA, C. M. F. **Estratégias biopolíticas do hoje e a produção de sujeitos: interfaces entre tecnologias na educação e na saúde**. 1. Ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

PEREIRA, A. V.; VIEIRA, A. L. S.; FILHO, A. A. Grupos de educação em saúde: aprendizagem permanente com pessoas soropositivas para o HIV. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, n. 1, p. 25-41, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/G64zcW6jfxmppCCF7V6fxb/?lang=pt>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

POMPEU, H. H. F. A.; MORAES, L. P.; SANTOS, C. C. G. *et al.* Prevalence of the Human Immunodeficiency Virus and associated factors in pregnant women in the state of Pará. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 6, e20210171, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0171>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

ROLIM, D. S.; ARBOIT, E. L.; KAEFER, C. T. *et al.* Produção científica de enfermeiros brasileiros sobre enfermagem e oncologia: revisão narrativa da literatura. **Arquivos de Ciência e Saúde**, v. 23, n. 1, p. 41-47, 2019. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6261>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

SALLA, M.; SÃO, A. T. **Hiv/Aids: Enfrentando o sofrimento psíquico**. In: KAHHALE, E. P.; CHRISTOVAM, C.; ESPER, E.; SALLA M, ANÉAS, T. São Paulo: Editora Cortez; 2010. 144p.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C.; TRÓCCOLI, B.T. Pessoas vivendo com HIV/AIDS: Enfrentamento, Suporte Social e Qualidade de Vida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 2, pp.188-195, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/kZPSW7Ck9mMvV3fYR5fWnCH/abstract/?lang=pt>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

SILVA, J. F. **‘Quer teclar?’: aprendizagens sobre juventudes e soropositividades através de bate-papos virtuais**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2012.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, H. C., PASSOS, X. S., CAMPLESÍ JÚNIOR, M., SILVA, A. M. T. C., OLIVEIRA, A. K. S., MARQUES, L. O. R., MARQUES, J. M. S., QUIXABEIRA, V. B. L., SILVA, L. L. DE L. Contagem de linfócitos tcd4 + e carga viral em pacientes hiv+ de um laboratório de referência. **Revista brasileira militar de ciências**, v. 6, n. 15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36414/rbmc.v6i15.50>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

STOTZ, E. N. **Enfoque sobre educação e saúde. Participação popular, educação e saúde: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993. p. 11-22.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).